

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO TRATADAS COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO DE CURSOS DE LICENCIATURA

Maceió – Alagoas – 04/2012

Maria Aparecida Araújo de Lima – UFAL - cidaaraujo.uab@gmail.com

**Categoria: C
Métodos e Tecnologias**

**Nível Macro – Sistemas e Teorias de EAD: 2
Globalização da Educação e Aspectos Culturais Transfronteiros**

**Nível Meso – Gerenciamento, Organização e Tecnologia: 7
Formas de assegurar a Qualidade**

**Nível Micro – Ensino e Aprendizagem em EAD: 2
Interação e Comunicação em Comunidades de Aprendizagem**

**Natureza do Trabalho: A
Relatório de Pesquisa**

**Classe 1
Investigação Científica**

RESUMO

Este artigo aborda a importância das TICs como temas transversais no currículo e tem como objetivo demonstrar que elas proporcionam vantagens quando implantadas e discutidas no currículo dos cursos de licenciatura, em especial no de Pedagogia da UAB. Para tratar desse assunto lançou-se mão de um experimento de pesquisa realizado num polo do Nordeste do Brasil, em 2011 que visou identificar as principais dificuldades dos alunos da EAD. A investigação partiu da seguinte questão: existem vantagens em se discutir as TICs como tema transversal? E partiu da hipótese de que essa discussão pode proporcionar o aprendizado do aluno e a ampliação do conhecimento dos professores em qualquer disciplina. É pretensão deste estudo incentivar professores de instituições que lidam com EaD a refletirem sobre um currículo mais compatível com o contexto atual, o qual exige dos professores a tomada de decisões importantes, considerando que as TICs poderão ser uma das promotoras da melhoria das condições de estudo dos alunos.

Palavras-chave: Educação e currículo; Pedagogia UAB; TIC como tema transversal.

1- Introdução

As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) estão cada dia mais presentes no cotidiano e, conseqüentemente, na universidade. Por isso, percebe-se a importância de realizar um intercâmbio de conhecimentos com a comunidade acadêmica sobre o currículo dos cursos superiores de licenciatura enfatizando a importância das TICs e do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para o desenvolvimento do professor em formação, bem como sobre outros assuntos que, obrigatoriamente, se fazem presentes pela relevância deles a partir das discussões sobre educação x tecnologia x AVA x currículo, como: direitos autorais, produção de material didático, código de ética, segurança da informação, entre outros.

Quando se fala em escola pensa-se numa sala de aula palpável, com paredes e cadeiras enfileiradas ou em círculos com pessoas presentes fisicamente. Por vezes a escola virtual é colocada em segundo plano ou nem é citada por alguns gestores e professores, e talvez por isso o currículo siga a mesma linha de raciocínio e evite as discussões sobre o uso das TICs como a possibilidade de estender ou transferir essa sala de aula para além da escola convencional. Nas discussões curriculares nem sempre são incluídas questões práticas do cotidiano da educação contemporânea, que caminha junto com as tecnologias de forma indissolúvel e que altera o cotidiano dos professores, gestores e alunos, implicando em mudanças variadas, como a linguagem a conduta, os novos significados para os conceitos anteriores sobre alunos professores e os novos integrantes dessa relação, como o tutor, os espaços físicos e equipamentos, além da nova organização curricular.

Na educação presencial ainda podem ser encontrados professores que defendem um ambiente no qual o(a) professor(a) estabelece como o conhecimento será disseminado na sala de aula e, por vezes, não aceitam a inserção das TICs em suas atividades docentes, talvez porque elas representem uma ameaça para a sua maneira tradicional de ensinar.

2- Marcos históricos da inserção das TICs na Educação

Sabe-se que em meados da década de 1990 os microcomputadores passaram a fazer parte do cotidiano de um número crescente de pessoas, especialmente com o advento da internet. A partir daí, as TICs são vistas como saída para as antigas limitações. Neste período foram construídos mitos em torno da tecnologia, o que poderá ter resultado em resistência quanto ao seu uso, principalmente na área da educação.

Em dezembro de 1995 foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), com programas especificamente voltados para a utilização das tecnologias educacionais na formação de professores a distância, evidenciando a existência de políticas públicas que demonstravam a possibilidade de absorção das novas tecnologias na área educacional. Em 1996, a Lei 9.394 ratificou o que estava sendo discutido em seu artigo 80, no título III: Das disposições gerais com algumas determinações sobre o ensino a distância.

Em 1998, o Decreto 2.494 regulamentou o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e no mesmo ano, através da portaria 301 o Ministro da Educação e Desportos estabeleceu os procedimentos para o credenciamento de instituições e a autorização para o nível de graduação, o que marcou definitivamente o uso das TICs na educação superior. Em 2001, a portaria 2.256 regulamentou o uso de metodologias não presenciais nos cursos presenciais regulares indicando que haveria aumento da frequência dos equipamentos de informática e da internet e que as interações ocorreriam mais rotineiramente, considerando a prática de outros países que usavam as TICs na educação corporativa nas áreas de treinamento e desenvolvimento de pessoas e na EAD, conhecida como educação *online*.

Em 2005, ocorreu a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e em 2006 ela foi oficializada pelo Decreto nº 5.800, “destacando a articulação e a integração de instituições de ensino superior, municípios e estados, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e gratuito no país” (MOTA, 2009, p. 300).

Ainda sobre o aspecto histórico, pode-se afirmar que a inserção das TICs na educação ainda hoje é alvo de críticas relacionadas à suposta previsibilidade de alteração da forma de ensinar e aprender, o que pode induzir algumas pessoas a suspeitar de ameaça de redução ou esvaziamento do trabalho do docente. Mas os fatos históricos comprovam que existem vantagens e benefícios do uso das TICs na educação e que este é um caminho sem volta. Quando todos estiverem esclarecidos e fizerem uso das mesmas esse pensamento será minimizado até a completa aceitação por todos que os fazem a educação, para que então sejam debatidas as tecnologias sob o aspecto da transversalidade.

3- O currículo ontem, hoje e amanhã

A partir da definição do currículo, considera-se importante verificar e aferir se as intenções e funções sociais da escola, se os saberes mais relevantes que se deseja que seus cidadãos possuam, estão materializadas e explicitadas para a comunidade educacional, não dando margem para que os professores se condicionem a trabalhar com um currículo oculto em sala de aula e, por vezes, nas discussões pedagógicas.

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (...) o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações... (SILVA, 2001, p.78).

Acredita-se que a seleção das matérias e do conteúdo do currículo, devidamente adequados ao propósito escolar, seja apenas uma parte do processo, considerando que podem ocorrer conflitos, motivados por questões de *status* ou vaidades, que não serão resolvidas com os ajustes da educação ou com os avanços técnicos ou científicos. A tendência é que o currículo se mantenha com a mesma estrutura por muito tempo, partindo da premissa de que qualquer alteração no currículo pode ser vista como uma ameaça aos grupos instalados, não permitindo a inserção de novos integrantes com pensamentos diferentes.

Ocorre a conhecida “guerra dos bastidores” por uma distribuição de disciplinas e conteúdos mais favoráveis a determinados grupos. Nos casos em

que essas possibilidades de ocorrências são concretizadas, o papel do professor passa a ser o de executar as instruções recebidas dos seus superiores, ao invés de ser um agente de mudança e atuar como um facilitador no processo ensino-estudo-aprendizagem, com sua função reconhecida pela sua importância e pela participação nas discussões e na construção do currículo escolar de forma igualitária em questões técnicos-científicos-políticos-pedagógicas.

O currículo escolar parece estar diretamente associado às classes, desde o “Jardim de Infância” (Pré-escola) até a universidade. Historicamente, sempre foi tratado de acordo com as transformações da sociedade e com o contexto em que a escola está inserida. Por isso, deduz-se ser importante, na atualidade, observar o passado e o futuro em movimento. Nessas classes, também foram e continuam sendo contemplados os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e religiosos, que podem interferir e influenciar nas decisões dos grupos que elaboram os currículos escolares.

Para ilustrar uma situação que envolve o currículo e suas consequências, visando ampliar a visão do leitor sobre o que determinadas ações podem provocar no processo ensino-aprendizagem, acarretando, inclusive, evasão escolar. No passado, conforme citado por HAMILTON (1992), o ensino em uma escola medieval no século XII, por exemplo, era individualizado mesmo em turmas com vários alunos, e as aulas eram ministradas por professores particulares, que adotavam seus alunos considerando os assuntos em comum e por níveis de competência, organizando seu ensino numa base individual. Porém, essa individualização tinha suas implicações, porque não havia nenhuma garantia de que o aluno estivesse aprendendo; não havia obrigatoriedade da presença em sala de aula (o aluno podia levar suas leituras, e retornar com as suas lições memorizadas); também não havia nenhuma expectativa de que o aluno iria continuar na escola, após os objetivos específicos terem sido “atingidos”. No exemplo citado os alunos se matriculavam, mas nada garantia que eles frequentariam as aulas, no entanto o absenteísmo não era contabilizado, causando uma falsa

impressão sobre o número de alunos que estavam na escola, mas as matrículas não correspondiam à frequência.

O tempo foi passando, e estas práticas de ensino medievais e outras similares foram sendo alteradas, uma vez que surgiram novas classes de alunos que se organizavam e começavam a discutir novas formas de ensino para aqueles que podiam pagar para estudar em turmas de assuntos de seus interesses de aprendizagem que os atendessem plenamente e assim foi criada a pedagogia dos juristas. A escola passou a ser organizada, os professores reconhecidos como mestres, a grade curricular foi adaptada para atender aos anseios da classe dominante. Essa evolução, tempos depois, resultou na criação de universidades como a de Paris.

O Brasil viveu trajetória semelhante ao restante do mundo, porém, por ser um país de vasta extensão territorial e por ter cinco regiões com traços marcantes e peculiares, a discussão da inserção das TICs no currículo torna-se mais complexa. A globalização e a popularização dessas tecnologias condizem os pesquisadores da área educacional e/ou tecnológica a verificar a possibilidade de o tema ser discutido na linha da transversalidade.

Na educação, a transversalidade é um termo entendido como uma forma de organizar o trabalho didático, na qual alguns temas são integrados às áreas convencionais de forma a estar presentes em todas elas. A LDB de 1996 definiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) , e este deu orientação para a aplicação da transversalidade, visando à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, o aprendizado de conhecimentos teoricamente sistematizados. O objetivo do PCN é trazer os temas transversais e inseri-los nos conteúdos e metodologias já existentes, e não trabalhá-los em paralelo.

Neste sentido, sugeri alguns temas considerados mais urgentes, por se fazerem presentes sob várias formas na vida cotidiana, como: Meio Ambiente, Orientação Sexual, Ética, Saúde, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Nesse contexto é que se propõe inserir as TICs, por se entender que o uso delas tornou-se imprescindível nas universidades federais que abraçaram a EAD como alternativa de levar a formação superior aos lugares

mais distantes e tiveram de usar o *MOODLE* como o AVA indicado pelo MEC/UAB, por ser um *software* livre e mais acessível, e de fácil usabilidade.

A universidade na qual foi realizado o experimento de pesquisa que fomentou a elaboração deste artigo pode estar vivenciando a mesma experiência de perceber a necessidade de adaptação do currículo para atender ao público de hoje e das próximas gerações, como sugerido por Marcovitch (1998, p. 53), que propôs a seguinte reflexão: “[...] Por que não tentar um Programa de futuro – onde coubessem todas as especulações em torno do que poderão ser nossos currículos em décadas vindouras? [...]”. Esse questionamento convida os leitores a efetivarem uma retrospectiva sobre a história e as teorias curriculares, visando estimular a reflexão crítica dos diferentes paradigmas que se apresentam no cotidiano escolar e discutir o currículo como um dos componentes importantes na produção de novas subjetividades no mundo contemporâneo.

Hoje em dia é difícil viver fora do cotidiano tecnológico digital. As pessoas usam o “dinheiro de plástico”, os chamados de cartões de crédito (estudantil, bancário), computadores acompanhados dos seus periféricos e internet, telefones celulares (visto que é um aparelho multifuncional, cuja usabilidade vai desde a agenda de contatos, passando por registros de imagens e vídeos, até o acesso à internet, que permite enviar mensagens por *email*, acessar *sites*). Esses avanços forçam a escola a se inserir nesse processo de adaptação aos novos tempos e a refletir sobre a sua capacidade evolutiva para acompanhar as transformações da sociedade, que convive continuamente com as mutações dos equipamentos e das formas de comunicação entre os seres humanos, o que exige readequação frequente do currículo para atender às expectativas da sociedade. Como afirma Barreto (2002 p. 219).

[...] A presença das múltiplas linguagens constitui uma alternativa de ruptura com os limites impostos pelas velhas tecnologias utilizadas, representadas principalmente pelo quadro de giz e pelos livros didáticos [...]

A história e a trajetória curricular mostram que o ensino “*vai do escrito para o escrito*” (BARRETO, 2002); isso não precisa ser alterado. O que merece

atenção é a forma como serão utilizados os recursos, e como se darão as condutas, atitudes, comportamentos, o que significa que agora o currículo, ao ser discutido, deve levar em consideração outras questões, como: redimensionamento da sala de aula e uso de outros espaços não escolares, a qualidade dos materiais didáticos (clareza, objetividade, transparências, ética, ilustrações, direitos autorais, interação, etc). Normas e regras de segurança dos dados e da informação, respeito às diferenças individuais dos alunos. Ver Figura 1.

A Figura 1 contém dados levantados por ANTONIO e LIMA (2011), coletados em seu experimento de pesquisa realizado com alunos do curso de Pedagogia da UAB, estudantes de um polo da região Nordeste do Brasil, mostra que se as TICs forem inseridas como tema transversal, poderão inibir ou atenuar algumas das ocorrências que apareceram no resultado da pesquisa, o que comprometeu o sucesso do curso de Pedagogia da instituição pesquisada.

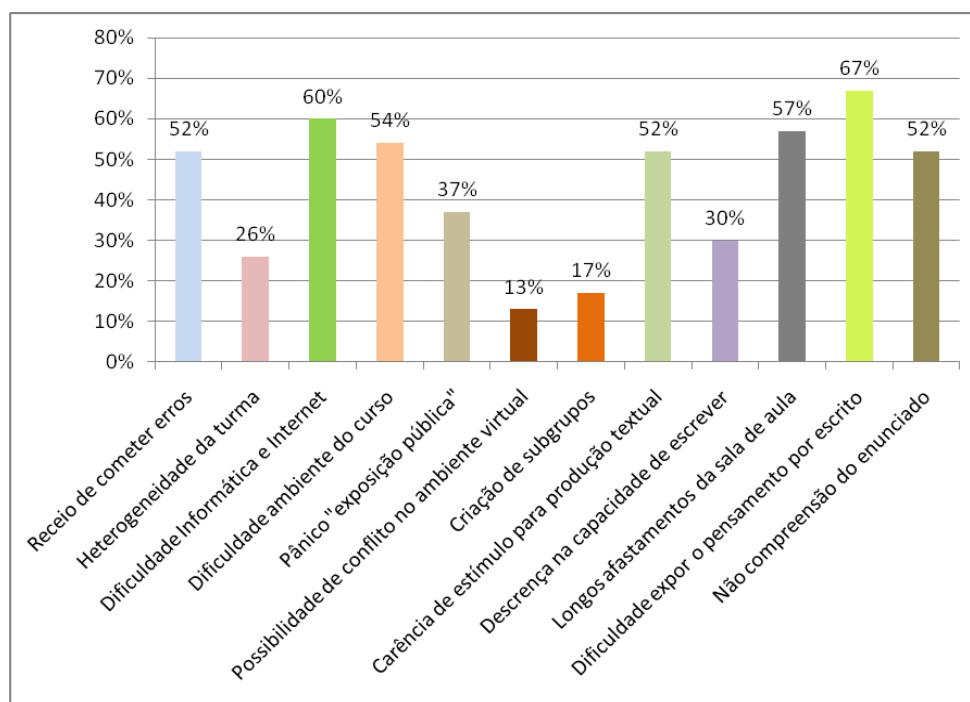


Figura 1 - Dificuldades dos alunos de Pedagogia/UAB

Assim como alunos, acredita-se que existam professores que ainda não tenham as habilidades exigidas pelo uso das TICs, trazendo toda a sua experiência do presencial para a EAD, o que acontece de forma diferente e exige competências específicas para que o curso ocorra satisfatoriamente.

Analisando os dados da figura, pode-se ter uma ideia das vantagens tanto para os professores em formação como para os professores que ministram o curso. Fica claro que se todos tivessem a oportunidade de conviver com as tecnologias em todas as disciplinas e discutir esse tema amplamente, principalmente na disciplina de currículo; se os professores também tivessem essa mesma concepção ao elaborarem suas ementas dos cursos, o trabalho ficaria bem mais fácil e mais rápido assegurando o amplo conhecimento das TICs.

Considerações Finais

Mesmo com a regulamentação da EAD e com todo cuidado que os gestores, professores e equipes pedagógicas têm durante as etapas que antecedem ao curso e durante a realização destes, há de se convir que o currículo merece atenção especial e requer aperfeiçoamento e reparos. No que se refere à inserção da TIC e do tratamento dela como tema transversal, o país pode inovar na discussão curricular com o envolvimento das políticas públicas e assumir como objetivo estratégico uma meta para assegurar a todos os professores o acesso e uso das TICs como condição indispensável a sua formação e durante a realização da docência, visando à eficácia da educação no atendimento das exigências da era contemporânea, conhecida como era do conhecimento e das mutações tecnológicas.

Nessa linha de raciocínio, tal disciplina também seria tratada nos cursos em todas as fases escolares, sobretudo na universidade, tanto nos cursos da EAD como nos cursos presenciais de licenciatura, como tema transversal, considerando que o conteúdo programático dela seria utilizado na prática, de forma generalizada, por todas as outras disciplinas, e com isso alunos e professores ampliariam seus campos de visão na área tecnológica e sua aplicação, tanto na escola como no seu cotidiano.

Por fim, existe uma expectativa de que ocorram mudanças no currículo, desde que sejam promovidos os ajustes necessários para possibilitar aos alunos e professores o desenvolvimento das competências básicas, capacidades e aptidões para pesquisar, gerir, tratar, gerar e difundir informações de forma autônoma e responsável, e até mesmo para

compreender a necessidade de investir em certificações complementares e atender às exigências do mercado de trabalho da educação e aos desafios da globalização. Para isso deve-se atentar de modo especial para os alunos que tenham tido pouco ou nenhum contato com as TICs antes de iniciarem os seus estudos acadêmicos.

Referências

BARRETO, Raquel G. **A apropriação educacional das tecnologias da informação e da comunicação**. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Disponível <http://www.planalto.gov.br> – acesso 25 fev. 2012.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.424, de 1996**. – 2ª. ed. atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. . *Teoria & Educação*, nº 6, pp.33-52, 1992 .

LIMA, M. A. A. e ANTONIO, W. A. O. **O Impacto do Ambiente Virtual de Aprendizagem no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil**. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA (ESUD). Ouro Preto/MG, 2011. Anais. Editora UFOP, v. 8. pp. 1-10.

MARCOVITCH, J. **A universidade (im)possível**. São Paulo. Futura, 1998

MOTA, R. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, F. M. e FORMIGA, Marcos. (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, pp.297-303, 2009.

SILVA, R. S. **Moodle para autores e tutores**. 2ª.ed. rev. e ampl. São Paulo: Novatec, 2011.

SILVA, T. T. **Quem escondeu o currículo oculto**. In Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 77-152, 1999.